

**9º PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS
TUTELARES DE BELO HORIZONTE**

INSTRUÇÕES:

1. Aguarde autorização para abrir o **CADERNO DE PROVAS**.
2. Após esta autorização, confira devidamente o **CADERNO DE PROVAS**, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão.
3. Ao receber o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, verifique se os dados estão corretos: nome, nº da Inscrição e o número de documento de identificação. Se constatado algum erro, comunique-se imediatamente com o fiscal da sala para as devidas providências.
4. A prova, composta de 50 (cinquenta) questões objetivas e numeradas de 01 a 50, terá duração máxima de 4h (quatro horas).
5. O candidato só poderá se retirar do local de prova depois de transcorrida 1 (uma) hora do início de sua aplicação. **Caso o candidato pretenda retirar-se do local com o CADERNO DE PROVA, só poderá fazê-lo depois de transcorridas 2 (duas) horas do início de sua aplicação.**
6. As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no **CARTÃO DE RESPOSTAS** que lhe foi entregue. Lembre-se de que, para cada questão objetiva, há **apenas uma** resposta correta, dentre as **4 (quatro)** alternativas apresentadas com as letras A, B, C e D.
7. O **CARTÃO DE RESPOSTAS** deverá ser marcado, obrigatoriamente, com caneta esferográfica, com tinta na cor azul ou preta. O candidato terá inteira responsabilidade sobre seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** e não deverá rasurá-lo, dobrá-lo, amassá-lo ou danificá-lo, pois esse não será substituído.
8. É vedada a substituição do **CARTÃO DE RESPOSTAS** em decorrência de erro cometido pelo candidato.
9. A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. Não cabem, portanto, esclarecimentos.
10. Ao término de sua prova, entregue o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, devidamente assinado ao Fiscal da sala.

1) Segundo a Lei 6705 que dispõe sobre a função pública de conselheiro tutelar do município de Belo Horizonte, são deveres do conselheiro tutelar, exceto:

- (A) exercer com zelo e dedicação as suas atribuições
- (B) observar as normas legais e regulamentares
- (C) zelar pelo desenvolvimento intelectual da criança e do adolescente
- (D) guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento

2) Quanto ao trabalho de conselheiro tutelar do município de Belo Horizonte, conceder-se-á ao conselheiro licença, exceto por:

- (A) motivo de doença em pessoa da família
- (B) para o serviço militar
- (C) para curso de capacitação
- (D) para gestação

3) A vacância da função de conselheiro tutelar do município de Belo Horizonte, segundo a lei 6705, poderá decorrer de:

- (A) Destituição
- (B) Férias
- (C) Suspensão
- (D) Advertência

4) A escolha dos conselheiros tutelares e de seus suplentes será feita mediante procedimento estabelecido em lei sob a responsabilidade do:

- (A) Conselho Estadual dos Direitos da Juventude
- (B) Conselho Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- (C) Ministério Público
- (D) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

5) Segundo ensina Regina Célia Tamaso Miotto, no artigo sobre Políticas Públicas: A centralidade da família na política de assistência social, as transformações da família estão intrinsecamente e dialeticamente condicionadas as transformações:

- (A) étnicas
- (B) culturais
- (C) societárias contemporâneas.
- (D) político partidárias

6) A Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) no art. 3º, descreve que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos:

- (A) Sociais
- (B) Fundamentais
- (C) Institucionais
- (D) Coletivos

7) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, é dever da:

- (A) do poder público somente
- (B) somente da sociedade em geral
- (C) somente da família e da comunidade
- (D) família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público

8) A Lei 8.069 no art. 5º, dispõe que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por:

- (A) Ação aos seus direitos fundamentais.
- (B) Omissão aos seus direitos fundamentais.
- (C) Ação ou Omissão aos seus direitos fundamentais.
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

9) Segundo a Lei 8.069 é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes:

- (A) Nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, mas não ao parto e ao pré-natal.
- (B) Nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- (C) atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito Particular.
- (D) atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, somente.

10) O Estatuto da Criança e do Adolescente, aponta que o atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção:

- (A) privada.
- (B) pública.
- (C) secundária.
- (D) primária.

11) O Estatuto da Criança e do Adolescente, informa que os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção:

- (A) da Família.
- (B) do Esposo.
- (C) da Mulher.
- (D) da Criança.

12) A Lei 8.069, sinaliza que os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à:

- (A) seguro saúde social
- (B) creche infantil
- (C) escola.
- (D) amamentação.

13) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069), aponta que a atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que:

- (A) não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal
- (B) não iniciar as consultas de pré-natal, somente.
- (C) abandonar as consultas de pré-natal, somente.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

14) A Lei 8.069, aponta que incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade:

- (A) ambiência que atenda às normas previstas no regimento interno do Hospital penitenciário
- (B) ambiência que atenda às normas assistenciais do Estado ou Município
- (C) ambiência que atenda às normas do Sistema Único Hospitalar
- (D) ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde

15) O Estatuto da Criança e do Adolescente defende que o poder público, as instituições e os empregadores propiciem condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a:

- (A) medida cautelar de liberdade.
- (B) medida temporal de liberdade.
- (C) medida condicional de liberdade.
- (D) medida privativa de liberdade.

16) Segundo a Lei 8.069, quanto ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de:

- (A) promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável
- (B) proteção e apoio ao aleitamento materno, somente.
- (C) promoção e proteção à alimentação complementar saudável, somente.
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

17) A Lei 8.069, sinaliza que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a fornecer:

- (A) declaração de acompanhamento médico
- (B) declaração de nascimento
- (C) declaração de saúde
- (D) declaração de atendimento

18) Segundo a Lei 8.069—os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto:

- (A) ao pai
- (B) a família
- (C) a mãe
- (D) aos médicos

19) O Estatuto da Criança e do Adolescente, informa que incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, a àqueles que necessitarem:

- (A) medicamentos e próteses, somente.
- (B) medicamentos e órteses, somente.
- (C) medicamentos, somente.
- (D) medicamentos, órteses, próteses.

20) Segundo a Lei 8.069—os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao:

- (A) Corpo de Bombeiros.
- (B) Conselho Tutelar.
- (C) Conselho da Criança e do Adolescente.
- (D) Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional.

21) A Lei 8.069, informa que as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, a:

- (A) Justiça da Juventude.
- (B) Vara de Família.
- (C) Justiça da Infância e da Juventude.
- (D) Justiça da Criança e da Adolescência.

22) O SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) é um sistema de registro e tratamento de informação com abrangência:

- (A) Nacional
- (B) Estadual
- (C) Municipal
- (D) Global

23) O SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) fundamenta-se no Estatuto da Criança e do Adolescente e tem entre seus objetivos primordiais Operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilitar a mais objetiva e completa leitura possível da queixa ou situação da criança ou adolescente, por parte do:

- (A) Ministério Público Federal
- (B) Conselho Nacional da Criança e do Adolescente
- (C) Conselho Tutelar
- (D) Governo Estadual

24) Segundo a obra: Regimentos de atendimento no estatuto da criança e do adolescente (Perspectivas e Desafios), de Antonio Carlos Gomes, o conjunto de direitos fundamentais a ser promovido pelas gerações adultas se divide em:

- (A) Direito à previdência, Direito a sobrevivência, Direito a integridade social
- (B) Direito à sobrevivência, Direito ao desenvolvimento pessoal e social, Direito à integridade física, psicológica e moral.
- (C) Direito à integridade física, psicológica e moral, Direito a sobrevivência, Direito à previdência
- (D) Direito ao desenvolvimento pessoal e social, Direito à integridade física, Direito à liberdade econômico-social.

25) Segundo a obra: Concepções de convivência e fortalecimento de vínculos, disponibilizado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social, a proteção social básica opera garantindo seguranças de convívio, acolhimento e sobrevivência, prevenindo riscos sociais de grupos vulneráveis, através do:



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente/BH



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

- (A) Sistema Único de Assistência Social
- (B) Sistema Único Social
- (C) Sistema Único de Defesa Social
- (D) Sistema Único de Desenvolvimento Social

26) O Art. 193 da Constituição Federal de 1988 define que a ordem social tem como objetivo:

- (A) o desenvolvimento econômico e social
- (B) a assistência social
- (C) o bem-estar e a justiça sociais
- (D) nenhuma das alternativas anteriores

27) Segundo art. 201 da Constituição Federal, os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

- (A) cobertura dos eventos de doença, invalidez e morte.
- (B) proteção à maternidade.
- (C) auxílio reclusão.
- (D) todas as respostas acima.

28) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao:

- (A) Salário mínimo.
- (B) 2/3 do salário mínimo.
- (C) 50% do salário mínimo.
- (D) nenhuma das respostas acima.

29) A assistência social, segundo art. 203 da Constituição Federal, será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição:

- (A) à seguridade individual
- (B) à ordem econômica
- (C) à seguridade social
- (D) à seguridade pública

30) A assistência social tem, entre seus objetivos:

- (A) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- (B) o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- (C) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integridade à vida comunitária.
- (D) todas as respostas acima.

31) A Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990, dispõe sobre:

- (A) o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).
- (B) o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (D) o Estatuto da Criança e do Adulto.

32) Segundo a Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990, considera-se:

- (A) criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos.
- (B) criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até quinze anos de idade incompletos.
- (C) criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até três anos de idade incompletos.
- (D) criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até vinte e oito anos de idade incompletos.

33) A Lei 12.594, de Janeiro de 2012, institui o:

- (A) Sistema Nacional de Atendimento ao adulto.
- (B) Sistema Nacional de Atendimento a criança.
- (C) Sistema Nacional de Atendimento escolar.
- (D) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

34) Ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções:

- (A) somente, normativa e de avaliação.
- (B) somente normativa e deliberativa.
- (C) normativa, deliberativa, de avaliação e de fiscalização.
- (D) somente de avaliação.

35) A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, realizará avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo em intervalos:

- (A) não superior a três anos.
- (B) não superior a dois anos.
- (C) não superior a um ano.
- (D) não superior a seis meses.

36)O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de:

- (A) Plano individual de dados
- (B) Plano individual de atendimento
- (C) Plano individual de informações sociais
- (D) Plano individual de orçamento

37)A lei orçamentária anual compreenderá:

- (A) o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.
- (B) somente o orçamento fiscal e o orçamento de investimento.
- (C) somente o orçamento fiscal.
- (D) somente o orçamento da seguridade social.

38)Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de:

- (A) crime de responsabilidade
- (B) crime de provimento
- (C) crime de normal
- (D) crime militar

39) A Lei 8.502 de 2003, dispõe sobre:

- (A) a política federal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.
- (B) a política estadual de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.
- (C) a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.
- (D) a política dos territórios de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

40)Os programas de assistência social de que trata a Lei 8.502 de 2003, classificam-se como:

- (A) de fomento ao comércio local
- (B) de proteção ou socioeducativos
- (C) de economicidade ou socioculturais
- (D) de fomento a igualdade racial

41) São responsáveis por garantir a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

- (A) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) os conselhos tutelares.
- (C) o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os conselhos tutelares.
- (D) todas as respostas acima.

42) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão:

- (A) deliberativo e controlador da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) somente deliberativo da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (C) somente controlador da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

43) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão paritário, composto de quantos membros titulares:

- (A) 10.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 20.

44) O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é vinculado ao:

- (A) Câmara Municipal de Vereadores.
- (B) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- (C) Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores

45) Cabe ao Município garantir o funcionamento dos conselhos tutelares nos dias úteis, em regime de plantão noturno, nos:

- (A) finais de semana e nos feriados.
- (B) somente nos finais de semana.
- (C) somente nos feriados.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

46) Intranet é um tipo de rede:

- (A) Irrestrita.
- (B) Pública.
- (C) Privada.
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

47) O processo de transferir arquivos de um servidor para um computador, através de uma rede, chama-se:

- (A) Leftload
- (B) Upload.
- (C) Download.
- (D) Rightload

48) O domínio (.org) se refere a sites:

- (A) de organizações não governamentais.
- (B) de organizações comerciais.
- (C) de organizações do governo.
- (D) de sites de colaboração

49) Os dois principais formatos de pastas de trabalho do EXCEL são:

- (A) .XLS e .XLSX
- (B) .XLS e .XXS
- (C) .XL e .LSX
- (D) .XS e .XSX.

50) No WORD para localizar uma palavra, em um texto, utiliza-se o comando:

- (A) CTRL + Q
- (B) CTRL + L
- (C) CTRL + X
- (D) CTRL + H